

**ACTA**

Ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e dez, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e António José Salgado Almeida. -----  
Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----  
Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----****----- INTERVENÇÕES -----**

**1 – Vereador André Coelho Lima** – Leu, em voz alta, dois documentos, pedindo que os respectivos textos, que a seguir se transcrevem, ficassem registados em acta: **a)** - “No passado sábado, pude assistir ao evento «Gala do Desporto» que visa premiar os desportistas Vimaranenses, a título individual ou colectivo, vencedores de competições regionais, nacionais ou internacionais. Devo, em abono da verdade, transmitir que considero tratar-se de um evento da maior importância na medida em que premeia os muitos Vimaranenses que, tantas vezes anonimamente, dedicam vidas inteiras ou parte substancial das suas vidas à actividade desportiva. Ao se homenagear aqueles que vencem quaisquer competições de âmbito extra-concelhio, está-se nesses premiados a prestar homenagem a todos aqueles milhares de jovens que dedicam os tempos livres das suas juventudes à prática da actividade desportiva, está-se a homenagear os pais e

as famílias que se desdobram e sacrificam para levar os seus filhos aos treinos ou aos jogos aos fins-de-semana, está-se a transmitir uma mensagem de que a prática da actividade desportiva é positiva, é desejável e é por isso incentivada pelo Município. Tudo mensagens com que concordamos e que subscrevemos integralmente. Do mesmo modo, e por ser da mais inteira justiça, interessa transmitir uma palavra aos responsáveis pela organização do evento. Foi um evento bem organizado, bem preparado, com uma dimensão porventura até excessiva para o evento em causa mas que cuidou por contar com artistas e apresentadores Vimeanenses ou com alguma ligação a Guimarães, promovendo-os, e que sobretudo, tratando-se da primeira edição e tendo em consideração a dimensão do evento, decorreu praticamente sem falhas e com uma coordenação assinalável. Cremos que credibilizamos a crítica quando do mesmo modo sabemos apreciar aquilo que é bem feito. E este evento «Gala do Desporto» é merecedor do nosso aplauso, quer pela mensagem que com ele se pretende transmitir, quer pela forma irrepreensível como foi organizado; **b)** – “Por outro lado, por ocasião das comemorações e a propósito das condecorações do 24/Junho, consultamos o «Regulamento para a Concessão de Medalhas Honoríficas», aprovado em 03.03.1993, e verificamos da sua desadequação e necessidade de reforma, bem como, do seu desajuste face ao rumo que as condecorações honoríficas entretanto tomaram. Aquilo para que vimos chamar atenção é para a necessidade de reformular e actualizar o referido regulamento, sendo que, pela importância da matéria em questão, cremos dever ser elaborado o documento com a participação dos partidos com vereadores sem pelouro neste executivo municipal. Temos naturalmente opiniões sobre algumas normas que devem



ser alteradas e acerca de algumas inserções que devem ser promovidas, sobre a forma de atribuição de algumas condecorações, sobre a criação de limites, sobre a necessidade de distinção clara entre os graus de condecorações, no entanto e até para não condicionar o trabalho subsequente, pensamos não ser esta a altura para o manifestar. Solicitamos por isso ao Sr. Presidente de Câmara que dê início a um processo de reforma do «Regulamento para a Concessão de Medalhas Honoríficas», atempadamente, ainda a um ano de distância do próximo 24/Junho, solicitando contributos a todos os partidos com assento neste executivo, e promovendo a elaboração do novo a actualizado articulado do dito regulamento por uma comissão onde tenham assento elementos de todos esses partidos. Por entendermos ser esta uma matéria que deve ser geradora de consensos. Por entendermos dever estar regulamentarmente prevista a forma e tempestividade do surgimento de propostas, a modalidade de participação de todos os vereadores, em suma, para evitarmos quaisquer desentendimentos futuros e darmos um exemplo de organização e métodos claros, numa matéria do maior significado e simbolismo para Guimarães e para os Vimaraneses como é a atribuição das condecorações de um Município com a História, passado e orgulho do nosso".

**2 – Vereador António Salgado Almeida – a)** – Disse que a Câmara Municipal de Guimarães deveria investir mais na criação de equipamentos de lazer para a população usufruir durante a época estival, considerando que só assim valeria a pena passar o verão em Guimarães. Observou, ainda, que a zona sul do concelho de Guimarães precisava de uma piscina e que na zona da Veiga de Creixomil deveria ser criado um amplo espaço destinado à ocupação do tempo livre durante o verão; **b)** – Na sequência da

obra de Reformulação das infra-estruturas viárias de acesso à Alameda Mariano Felgueiras, conjunto comercial GuimarãesShopping e Hospital, a realizar no âmbito do contrato de constituição de direito de superfície celebrado entre a Câmara Municipal de Guimarães e a Sonaesierra, disse rezear que não sejam acautelados os percursos pedonais, defendendo, ainda, uma nova ligação ao Pavilhão Multiusos. **3 – Vereador Amadeu Portilha** – Deu conhecimento que, no âmbito de uma candidatura apresentada ao IPJ (Programa de Vigilância nas Florestas), uma equipa constituída por 16 jovens irá assegurar a vigilância activa nas florestas; **4 – Vereador Domingos Bragança** – Deu explicações mais detalhadas sobre o projecto de intervenção na Alameda Mariano Felgueiras e áreas adjacentes. **5 – Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** – quanto às áreas de lazer para Verão, disse que Guimarães tem hoje condições excepcionais para proporcionar actividades veraneias, referindo as Piscinas Municipais, o Parque Aquático “*Scorpio*”, bem como os Parques de Lazer existentes no Concelho (Taipas, Ponte, Brito, Rio de Selho, Souto Santa Maria, Cidade e Cidade Desportiva); **b)** – Sobre os percursos pedonais explicou que havia pequenas áreas onde a Câmara não podia intervir porquanto os terrenos não são propriedade do Município, referindo, ainda, que o projecto em curso demorou muito tempo a ser iniciado devido à complexidade das exigências impostas pela entidade responsável (Estradas de Portugal). -----

-----**INFORMAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL**-----

**1** – Deu conhecimento da assinatura, no passado dia 30 de Junho, dos contratos de financiamento relativos às candidaturas Instituto Design/Agenda de Design, sendo a entidade beneficiadora o Município, bem como do Projecto de Inserção da População Local,



tendo como entidade beneficiadora a Cooperativa Fraterna. Disse, ainda, que até ao passado dia 29 de Junho foram entregues as 6 candidaturas ao PRU do Centro Histórico, sendo quatro da responsabilidade do Município, uma da Cooperativa Fraterna e uma do Instituto dos Museus e da Conservação (candidatura relativa ao Monte Latito). -----

### ----- DELIBERAÇÕES -----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, a seguinte proposta: -----

#### **VOTO DE LOUVOR – CLUBE DESPORTIVO XICO ANDEBOL –**

Presente a seguinte proposta: “A equipa sénior masculina do Desportivo Xico Andebol conquistou no passado fim-de-semana, em Tavira, e pela primeira vez no seu historial, a Taça de Portugal de Andebol, no corolário de uma excelente época desportiva. Um êxito desportivo da maior relevância para um clube que colhe agora os frutos da sua extraordinária aposta, ao longos dos últimos anos, na formação de jovens desportistas locais, e que constituiu mais uma importante referência na história do Clube e do desporto vimaranense. Assim sendo, proponho que seja aprovado um Voto de Louvor ao Desportivo Xico Andebol pela conquista da Taça de Portugal em Andebol”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

### ----- ORDEM DO DIA -----

#### ----- INFORMAÇÕES -----

**1** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, de 16 de Junho de 2010, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “**REALIZAÇÃO DE HASTA PÚBLICA – 19 VIATURAS ABANDONADAS NA VIA PÚBLICA E OUTROS** – Serve a presente para informar que no passado dia 15 de Junho, pelas 10h30m, realizou-se, no Auditório da Biblioteca

Municipal Raul Brandão, a hasta pública para a venda de dezanove veículos abandonados na via pública e outros, conforme deliberação da Câmara Municipal tomada em sua reunião de 20 de Maio de 2010, tendo sido lavrada a respectiva acta, de que se anexa. De acordo com o ali exposto, foi adjudicada a venda das referidas viaturas à empresa "Metais Jaime Dias, S.A.", pelo valor unitário de €100,00 (cem euros), correspondendo ao total de €1.900,00 (mil e novecentos euros), tendo de imediato procedido ao respectivo pagamento. Assim, deverá o presente assunto ser submetido a conhecimento da reunião de Câmara, designadamente quanto ao resultado da presente hasta pública. À consideração superior". A referida acta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas; **2** – Do ofício dos Transurbanos de Guimarães remetendo, nos termos e para efeitos do n.º 2 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 8/93, de 11 de Janeiro, e de acordo com o Despacho Normativo do IMTT de 11 de Junho, a nova Tabela de Conversão Tarifária, com entrada em vigor no dia 1 de Julho, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas; **3** – Presente, para conhecimento, a informação do Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico relativa à Reformulação das infra-estruturas viárias de acesso à Avenida Mariano Felgueiras, conjunto comercial *GuimarãesShopping* e Hospital, a realizar no âmbito do contrato de constituição de direito de superfície celebrado entre o Município e a *Sonaesierra*, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. ----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

**CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA  
REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2010. DELIBERADO  
APROVAR POR UNANIMIDADE**, tendo sido dispensada a leitura



da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. --

**CÂMARA – CÓDIGO DE CONDUTA** – Presente a seguinte proposta: “Na sequência do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas aprovado em Dezembro de 2009, encontra-se concluído o projecto do CÓDIGO DE CONDUTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES, em anexo. O Código de Conduta vem estabelecer um conjunto de princípios e valores, em matéria de ética, baseados na Carta Ética da Administração Publica, que devem ser adoptados por todos os colaboradores e trabalhadores ao serviço da Câmara Municipal de Guimarães, sem prejuízo de outras normas de conduta aplicáveis nos termos da lei. O Código de Conduta constitui, ainda, uma referência para o público no que respeita aos padrões adoptados pela Autarquia no seu relacionamento com terceiros, por forma a incentivar a criação de um clima de confiança entre o Município, os seus colaboradores e os cidadãos. A existência de princípios de boa conduta administrativa é útil para os colaboradores ao serviço da Câmara Municipal, porque estabelece, de forma clara e precisa, as normas que aqueles devem observar nas relações com os cidadãos, mas também para estes, na medida em que são conhecedores da conduta que têm direito de esperar nos contactos com a Câmara Municipal de Guimarães. Nesta conformidade, proponho, para aprovação, o Código de Conduta da Câmara Municipal de Guimarães”. O Código de Conduta dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Vereador António Salgado Almeida. -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE DONIM –  
EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA – PAGAMENTO DO CUSTO DA**

**OBRA** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Junta de Freguesia de Donim vem solicitar o pagamento de trabalhos executados na Rua Dr. João Antunes Guimarães. Alega, para o efeito, que a nova Junta, tendo assumido agora a sua gestão, verificou que as obras de pavimentação daquela via, com cerca de mil metros de extensão, e realizadas há cerca de 10 anos, nunca chegaram a ser pagas pela Câmara Municipal. Na sequência deste pedido os serviços do Departamento de Obras Municipais informaram que, efectivamente, não existe registo de pagamentos anteriores relativos a esta obra e que existem no local obras realizadas no valor de €37.929,14, conforme quantificação junta ao processo. Deste modo, proponho o pagamento à Junta de Freguesia de Donim dos trabalhos realizados na Rua Dr. João Antunes Guimarães, no valor de €37.929,14 (trinta e sete mil novecentos e vinte e nove euros e catorze cêntimos), ao abrigo do disposto na al. c) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE SANDE S. MARTINHO – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – PAVIMENTAÇÃO DA RUA DA DEVESA DA RIBEIRA**

**RIBEIRA** – Presente a seguinte proposta do vereador Domingos Bragança: “A Junta de Freguesia de Sande S. Martinho executou obras de pavimentação da Rua da Devesa da Ribeira. Apesar da intervenção realizada nesta via municipal não ter sido objecto de prévio protocolo com o Município, considera-se a sua execução de extrema importância, pois permitiu o acesso mais digno e mais seguro a todos os utilizadores da via, além da Junta de Freguesia ser alvo de várias reclamações, por parte dos moradores. Assim,





proponho a transferência da verba de €23.948,40 (vinte e três mil novecentos e quarenta e oito euros e quarenta cêntimos) para a Junta de Freguesia de Sande S. Martinho destinada ao pagamento das obras executadas, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 6 do art. 64 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro e tendo em consideração a autorização concedida pela Assembleia Municipal em sessão de 22 de Dezembro de 2009". **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO AMIGÁVEL DE IMÓVEL PARA PERMITIR A IMPLEMENTAÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO, JUNTO AO CENTRO DE SAÚDE DE URGEZES – PROC.º.**

**40/06/2009** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "A Câmara Municipal de Guimarães definiu a necessidade de aquisição de terreno para permitir dotar a envolvente do Centro de Saúde de Urgezes de uma zona de estacionamento, capaz de proporcionar melhores condições aos utentes daquele serviço. Para tal, foram contactados os proprietários de um imóvel, cujo logradouro confina directamente com o terreno do referido Centro de Saúde, de forma a saber da sua disponibilidade para a alienação de parte do seu prédio. Pelos proprietários foi referido que apenas tinham interesse em vender a totalidade do imóvel, com a área de 2.300 m<sup>2</sup>, pelo valor de €150.000,00. Consultado o perito da lista oficial, este considerou aceitável o valor proposto pelos interessados. Assim, deverá ser superiormente decidido submeter a deliberação camarária, a aquisição de um imóvel com a área de 2.300m<sup>2</sup>, descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº. 1771/Urgezes e inscrito na respectiva matriz urbana sob o artigo 897º, pelo preço de €150.000,00 (cento e cinquenta mil euros),

aos herdeiros de Rosa da Conceição Monteiro, nos termos do artigo 11º do Código das Expropriações, para que, em parte desse mesmo prédio, seja implantado um estacionamento público. À consideração superior”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 11 e na unidade económica 07.01.03.07. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 11 e na unidade económica 07.01.03.07. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – TERRENO DOADO À JUNTA DE FREGUESIA DE ALDÃO, PARA CONSTRUÇÃO DA SEDE – PROCº.**

**40/16/87** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Câmara Municipal de Guimarães doou uma parcela de terreno com a área de 925m2 à Junta de Freguesia de Aldão, através de escritura datada de 7 DE Julho de 1989, destinada à construção da respectiva Sede. Porém, a Junta de Freguesia não considerou, na altura, que a localização do terreno que lhe fora doado, fosse a melhor para servir a população e pugnou para que o Município lhe permitisse permutar ou vender esse terreno, de forma a que a localização da sede viesse a estar mais centralizada. Em 7 de Março de 1996 foi deliberado que, em caso de venda daquele terreno, o montante obtido destinar-se-ia para aquisição de terreno destinado à construção da respectiva Sede. Nestes termos, a Junta de Freguesia de Aldão vem agora solicitar que a condição fixada naquela deliberação seja revogada, libertando desta forma o ónus lá previsto, uma vez que tal condicionante já não tem qualquer justificação plausível, pois o Município já doou a antiga escola primária à Freguesia, para instalação da Sede. Entretanto, pretende aquela autarquia vender o terreno que lhe foi doado em 1989, para que, com a receita, ajude a custear a aquisição de terrenos envolventes ao seu edifício



Sede e desta forma, aumentar a dimensão do imóvel, criando outras valências e equipamentos para melhor servir a população. Assim, fica à consideração superior submeter a deliberação camarária a mencionada revogação". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – CONTRATO DE COMODATO – CASA DE DONÃES – FUNDAÇÃO CIDADE DE GUIMARAES** – Presente a

seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "A Fundação Cidade de Guimarães, que tem como fim principal a concepção, planeamento, promoção, execução e desenvolvimento do programa cultural do evento "*Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012*", nos termos da alínea a), do artigo 3º dos seus Estatutos, solicitou a cedência do prédio urbano sito no gaveto da Rua de Donães e Rua Egas Moniz, com os números de polícia 32 a 38, da freguesia de Oliveira do Castelo, adiante designado por "Casa de Donães", destinado à extensão da sua sede social sita no Palácio de Vila Flor, freguesia de Urgezes, deste concelho. O prédio acima identificado encontra-se descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 00.082/Oliveira do Castelo e inscrito na respectiva matriz urbana sob o artigo 346º da mesma freguesia. Deste modo, não havendo qualquer inconveniente na pretensão requerida, deverá, em caso de concordância superior, ser celebrado um contrato de comodato, com vista a satisfazer as necessidades da Fundação Cidade de Guimarães. Assim, deverá ser submetida a deliberação camarária, ao abrigo da alínea b), do nº 4 do art. 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a cedência da "Casa de Donães", à Fundação Cidade de Guimarães, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as

partes. À consideração superior". A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – EXPROPRIAÇÃO DO DIREITO AO ARRENDAMENTO RELATIVO A UM IMÓVEL SITUADO NO LUGAR DE RELHE, RUA DE VILA FLOR, Nº. 142, FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO – 40/27/2009** – Presente a seguinte

informação da Divisão de Património Municipal: "A Câmara Municipal de Guimarães, no âmbito do projecto CAMPURBIS, pretende proceder à reabilitação urbana do Centro Histórico da cidade, promovendo a instalação de equipamentos capazes de induzir a actividade económica concelhia, através do desenvolvimento integrado da inovação da tecnologia e das artes, pelo que disponibilizará espaços que permitam a interacção das instituições e organizações locais, de forma a promoverem ideias e conceitos que tornem a zona de Couros uma área atractiva e valorizada. Sendo a zona de Couros a principal zona da cidade abrangida por este projecto, verifica-se que a implementação no terreno destes planos, implica a reformulação de acessibilidades, o que no caso vertente tem como consequência a demolição de uma habitação, para permitir a criação de um novo arruamento que irá ligar a Rua de Vila Flor à Rua Camilo Castelo Branco, freguesia de S. Sebastião. Apesar do Município estar a negociar com o proprietário a aquisição do imóvel, sucede que não foi possível até à presente data, negociar amigavelmente com o inquilino. Nos termos da alínea f), do nº. 2, do art. 64º, da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro, é da competência da Câmara Municipal criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação de



transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos, integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal, consagrando-se desta forma a causa de utilidade publica a prosseguir. Ora, o Município propôs ao inquilino o realojamento em apartamento tipo T4, ou em alternativa o pagamento de uma indemnização no valor de €56.836,68, tendo por base o relatório elaborado por perito da lista oficial. Nenhuma das propostas camarárias foi aceite, pelo Sr. António Pinheiro e mulher, Custódia de Freitas da Silva Pinheiro, pelo que à autarquia só resta o recurso ao processo expropriativo litigioso. O direito ao arrendamento habitacional recai sobre o imóvel omissa à descrição predial e inscrito na respectiva matriz urbana sob o artigo 523º, da freguesia de S. Sebastião, o qual se situa, de acordo com o Plano Director Municipal de Guimarães, em zona de Construção Central. Os encargos previstos com a expropriação deste direito ao arrendamento habitacional são de €56.836,68, em conformidade com a avaliação efectuada por perito da lista oficial. Nestes termos, e no uso das competências conferidas pela alínea c) nº. 7 do artigo 64º, da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deverá ser deliberado requerer ao membro do Governo competente a Declaração de Utilidade Pública, para efeito de expropriação do mencionado direito ao arrendamento habitacional. À consideração superior". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PESSOAL – ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE JANEIRO DE 2010** – Presente a seguinte proposta: "Considerando a deliberação de Câmara do passado dia 21 de Janeiro de 2010, e tendo em vista a aplicação do reposicionamento remuneratório por Opção Gestionária, propõe-se

a alteração da referida deliberação nos termos seguintes: Como princípio geral e respeitando as normas legais em vigor, o Município de Guimarães propõe-se proceder a alterações de posicionamento remuneratório por opção gestionária dando prioridade aos trabalhadores com os salários mais baixos e que se encontram há mais tempo sem progressão nas carreiras ou categorias em que se encontram posicionados. Assim, no ano de 2010, as alterações extraordinárias de posicionamento remuneratório, por opção gestionária, serão aplicadas ao universo dos trabalhadores que cumprirem os requisitos legais exigíveis, designadamente em termos de avaliação do desempenho, que não tenham beneficiado de alteração de posicionamento remuneratório desde 1 de Janeiro de 2005 e que se encontrem a auferir vencimentos pelos índices remuneratórios iguais ou inferiores a €532,08. Estas alterações de posicionamento remuneratório serão reportadas a 1 de Janeiro de 2010. Procedeu-se à alteração orçamental de reforço da rubrica 01.01.04.03 no valor de €147.500,00 (cento e quarenta e sete mil e quinhentos euros) por diminuição da rubrica 01.01.04.04". **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "No ponto 9 da agenda da reunião de Câmara de 01.07.2010, o **PSD absteve-se** na proposta de orçamentação e gestão das despesas com pessoal, visando exercer a Opção Gestionária, essencialmente porque o art. 7º da Lei nº 12-A/2008 de 27.02 (Lei que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas), determina, no seu nº3, que "*competem ao dirigente máximo do órgão ou serviço ... decidir sobre o montante máximo de cada um dos tipos de encargos referidos na*



*alínea b) do nº1...*" completando-se em seguida, no nº 4 do mesmo artigo, que *"a decisão referida no número anterior é tomada no prazo de 15 dias após o início de execução do orçamento."* Ora, não tendo sido detectada no diploma em causa qualquer excepção a esta regra, nem tendo a mesma merecido esclarecimento cabal pelo vereador do respectivo pelouro, abstivemo-nos por nos parecer claro, ou pelo menos fortemente provável, que a deliberação que nos propunham tomar contraria o disposto na lei, segundo a qual, quaisquer decisões em matéria de opção gestionária devem ser tomadas até 15 dias depois do início de execução do orçamento, donde, como o orçamento começou a ser executado em 01.01.2010, o prazo legal expirou em 15.01.2010, pelo que temos fundadas duvidas na legalidade da deliberação, por isso termos optado pela abstenção. Doutra sorte, o PSD fez notar ainda que, de acordo com a nossa análise do diploma, dificilmente os trabalhadores que se encontram há mais tempo nos quadros do Município, vale dizer, os trabalhadores que trabalham no edifício-sede da Câmara Municipal, serão beneficiários deste exercício excepcional da opção gestionária. Vejamos: O teor da deliberação que nos foi trazida a votação exige, desde logo, 3 requisitos: tratar-se de trabalhadores com vencimentos iguais ou inferiores a € 532,08; que não tenham beneficiado de alterações de posicionamento remuneratório desde 01.01.2005, e; que cumpram os requisitos legais exigíveis. Ora, é neste último requisito que surge o problema. Os requisitos legais exigíveis constam no art. 47º nº1 da Lei nº 12-A/2008, normativo que impõe que os eventuais beneficiários tenham obtido cinco classificações de "Muito Bom", tendo que tratar-se de avaliações **consecutivas**, e tendo ainda que **consubstanciar desempenho positivo**. Como é sabido, por força de se ter tratado de um ano

de adaptação ao novo sistema de avaliação de desempenho (SIADAP), no ano de 2006 a Câmara Municipal tomou a decisão de não avaliar nenhum trabalhador. Logo por esta via, os trabalhadores com vínculo mais antigo ao Município de Guimarães não poderão ser beneficiados por faltar a consecutividade exigida por aquele normativo, uma vez que no ano 2006 não houve avaliação. Por outro lado, o anterior sistema de avaliação (em vigor no ano de 2005, primeiro ano em consideração para a opção gestionária que nos é proposta) previa uma avaliação com 4 graus, ao invés dos actuais 5, donde resulta que o equivalente ao actual "Bom" era o "Razoável" correspondente a uma classificação de desempenho negativo, pelo que, também por esta via, os trabalhadores que tenham obtido esta classificação em 2005, não poderão ser abrangidos pela circunstância de a sua avaliação não consubstanciar um desempenho positivo, como exige a lei. Desta forma, parece-nos que a haver trabalhadores municipais em condições de poderem beneficiar da opção gestionária que se pretende deliberar, os únicos que estão em condições de poder vir a ser beneficiários desta medida são os trabalhadores afectos às escolas, o pessoal educativo, que como só recentemente ingressaram nos quadros do Município, estão sujeitos ao sistema de avaliação de desempenho agora em vigor (SIADAP) desde o ano 2004. Parece-nos importante alertar igualmente para esta circunstância por poderem sair frustradas as legítimas expectativas dos trabalhadores mais antigos da Câmara Municipal, aqueles que conduziram as manifestações que tiveram lugar, pois que se poderão ver na contingência de não virem a ser abrangidos pela opção gestionária porque lutaram". -----

**PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL  
PARA RECRUTAMENTO DE 159 DOCENTES E TÉCNICOS PARA**





**AS ÁREAS DE INGLÊS, MÚSICA E OU EXPRESSÃO MUSICAL, EXPRESSÃO PLÁSTICA, EXPRESSÃO DRAMÁTICA, CIÊNCIAS EXPERIMENTAIS, PSICOMOTRICIDADE, TERAPIA DA FALA E TERAPIA OCUPACIONAL, NO ÂMBITO DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO**

– Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Considerando que: - O Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de Julho procedeu à descentralização de competências para os Municípios em matéria de educação. Nesta descentralização estão inseridas as atribuições em matéria de actividades de enriquecimento curricular do 1º ciclo. - O Decreto-Lei n.º 212/2009 de 3 de Setembro veio estabelecer que os Municípios podem, na sequência de um processo de selecção, celebrar contratos de trabalho a termo resolutivo certo com profissionais habilitados para assegurar as referidas actividades de enriquecimento curricular. - O referido Decreto-Lei n.º 212/2009 de 3 de Setembro veio ainda disciplinar todo o procedimento aplicável ao recrutamento dos técnicos que preencham os requisitos necessários para desempenharem funções nas actividades de enriquecimento curricular. Ou seja, o recrutamento destes técnicos obedece exclusivamente ao estipulado no Decreto-Lei n.º 212/2009 de 3 de Setembro. - Nos termos da informação prestada pela Dr.ª Helena Pinto, Chefe da Divisão de Cultura e Desporto, é necessário proceder ao recrutamento de 159 técnicos para assegurar as actividades de enriquecimento curricular no ano lectivo 2010/2011. - Estão previstos no mapa de pessoal para o ano 2010 recrutar 159 técnicos superiores nos seguintes termos: **156** PT - Leccionação das actividades de enriquecimento curricular aos alunos do 1º CEB e **3** PT - Apoio terapêutico especializado aos alunos multideficientes integrados nas UEE e UAE do 1º CEB. -

Existe verba orçamental disponível; Proponho a abertura do procedimento concursal para preenchimento dos referidos 159 postos de trabalho, que obedecerá obrigatoriamente ao estabelecido no Decreto-Lei nº 212/2009 de 3 de Setembro. Atendendo a que: o Decreto-Lei nº 212/2009 de 3 de Setembro nada estabelece quanto à competência para autorizar o recrutamento; 2) estamos perante uma decisão relativa ao preenchimento de postos de trabalho; o art. 4º do Decreto-Lei nº 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o nº 2 do art. 6º da Lei nº 12-A/2008 de 11 de Setembro dispõe que o recrutamento é precedido de aprovação do órgão executivo – solicito que se submeta esta proposta à próxima reunião de câmara”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO CONTENCIOSO E POLÍCIA MUNICIPAL – DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO –**

Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Na sequência da informação prestada pelo Dr. Rui Vasco, Director do Departamento de Fiscalização, Contencioso e Polícia Municipal, relativa à abertura de procedimento concursal para provimento do posto de trabalho de Chefe de Divisão da Fiscalização e atendendo aos motivos alegados, cumpre-me informar o seguinte: - O posto de trabalho indicado na citada informação está previsto no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidade permanente (Comissão de Serviço); - Existe verba orçamental disponível; Face ao exposto proponho a abertura do procedimento concursal para preenchimento do solicitado posto de trabalho. Assim, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, solicito que seja submetido a deliberação da Câmara



Municipal abertura do referido procedimento concursal.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**EDUCAÇÃO – ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR – PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS PARA PARTICIPAÇÃO DE LIVROS E MATERIAL ESCOLAR (AUXÍLIOS ECONÓMICOS DIRECTOS) – ANO**

**LECTIVO 2010/2011** – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “No quadro de competências e atribuições na área da Educação, e dando cumprimento ao disposto na alínea d), do artigo 19º, da Lei nº159/99, de 14 de Setembro, a Autarquia procede anualmente à transferência de verbas para os Agrupamentos de Escolas do Concelho, destinadas à participação de livros e material escolar dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico abrangidos pela Acção Social Escolar (auxílios económicos directos). Nesse sentido, à semelhança dos anos lectivos anteriores, e de modo a que os alunos do escalões A e B possam dispor do material necessário às actividades curriculares logo no início do ano, propõe-se que se proceda à transferência das verbas destinadas àquele apoio, tendo por base o número de alunos que beneficiaram de auxílios económicos directos no ano lectivo anterior, procedendo-se aos devidos acertos logo que os Agrupamentos de Escolas disponham de informações actualizadas, referentes ao ano lectivo 2010/11. Assim, e considerando os valores mínimos de participação dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, por escalão e ano de escolaridade (Escalão A: 1º e 2º anos - €39; 3º e 4º Anos - €45, Escalão B: 1º e 2º Anos - €19,50; 3º e 4º Anos - €22,50), determinados no Despacho nº 18987/2009, de 17 de Agosto de 2009, que regula as condições de aplicação das medidas de Acção Social Escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e dos Municípios,

propõe-se a atribuição de uma verba global no valor de €117 888 para comparticipação de livros e material escolar de 1741 alunos abrangidos pelo escalão A e 2088 do B, conforme discriminado no mapa em anexo. À consideração superior”. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO** – Presente

a seguinte informação da Divisão de Acção Social: “Por deliberação de 17 de Dezembro de 2009 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, alterado e ratificado em 25 de Setembro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo”. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS** – Presente uma informação da

Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do artigo 18º – Capítulo III do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----****TRANSPORTES – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS D. AFONSO HENRIQUES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 14 de Junho de 2010, que disponibilizou ao Agrupamento Vertical de Escolas D. Afonso Henriques o transporte, em autocarro, dos alunos do 4.º ano da Escola EB1 de Mascotelos à Sede do Agrupamento, no passado dia 15 de Junho.

**DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----****TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROFESSOR JOÃO DE MEIRA – NEESP – NÚCLEO EDUCAÇÃO ESPECIAL E SERVIÇOS E PSICOLOGIA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 11 de Junho de 2010, que disponibilizou ao Agrupamento de Escolas Professor João de Meira o transporte, em autocarro, de um grupo composto por 7 alunos, uma Professora, uma Psicóloga e 2 Assistentes Operacionais de Guimarães para o Aeroporto e do Aeroporto para Guimarães, nos passado dias 13 e 18 de Junho. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -**

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE PINHEIRO – CONSTRUÇÃO DE UM MURO EM PEDRA NO PARQUE DE JOGOS –**

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Junta de Freguesia de Pinheiro vem solicitar um apoio para a obra de construção de um muro em pedra, no Parque de Jogos da Freguesia, cujo orçamento, efectuado pelo Departamento de Obras Municipais, se estima em 23.109,77 euros já com IVA incluído. A Junta de Freguesia já efectuou os trabalhos, para possibilitar a utilização daquele Parque Desportivo. Assim, nos termos da alínea b), do nº6, do art. 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de

Janeiro, proponho que seja atribuído à Junta de Freguesia de Pinheiro, um apoio de €23.109,77, (vinte e três mil cento e nove euros e setenta e sete cêntimos)”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE S. FAUSTINO – DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Junta de Freguesia de S Faustino, vem solicitar a doação de mobiliário destinado à instalação do Centro de Novas Oportunidades, a funcionar na sede daquela Junta. Atendendo que existe, em armazém, diverso mobiliário que já não satisfaz as necessidades dos serviços municipais, submete-se à consideração superior a doação à Freguesia de S. Faustino, do referido mobiliário, melhor identificado na tabela abaixo, ao abrigo do disposto na alínea b), n.º 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Mesa estrutura metálica com tampo em madeira.3 X 0.7	€ 225,00	€225,00
Secretária estrutura metálica preta tampo em carvalho	€80,00	€80,00
4 Secretárias Quadra estrutura Rall 9007 tampo laminado cor cinza	€130,00	€520,00
Mesa estrutura metálica cinza tampo em madeira clara	€130,00	€130,00
Mesa estrutura metálica cinza tampo em madeira clara	€80,00	€80,00
3 Secretárias Anyway tampo melanina cinza	€80,00	€240,00
Secretária estrutura metálica tampo em plastiformin cor cinza	€90,00	€90,00
Bloco rodado estrutura metálica revestido a madeira clara	€90,00	€90,00
<b>TOTAL</b>		<b>€1.455,00</b>

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



**SUBSÍDIOS – DELEGAÇÃO DE GUIMARÃES DA ORDEM DOS  
ADVOGADOS/CONSELHO DISTRITAL DO PORTO DA ORDEM  
DOS ADVOGADOS – PÓLO DE FORMAÇÃO CONTÍNUA DE  
ADVOGADOS** – Presente a seguinte proposta: “A Câmara

Municipal desenvolve desde há vários anos uma colaboração com a Ordem dos Advogados que tem expressão, entre outras, no apoio à ocupação de espaços para a instalação de um Pólo de Formação que funciona desde 2004. Esse Pólo de Formação alargou-se para um âmbito regional abrangendo advogados de Guimarães, Felgueiras, Fafe, Cabeceiras, Celorico, Lousada, Paredes, Penafiel e Amarante e funciona no Auditório da Associação de Viajantes. Considerando a importância de manter em Guimarães esse Pólo de Formação regional, a Câmara Municipal tem apoiado as rendas a pagar pela sua utilização, tendo porém na aplicação de uma política de contenção de custos, informado a Ordem dos Advogados da redução do subsídio habitualmente atribuído em 50% para o corrente ano de 2010. A Ordem dos Advogados informou a Câmara que foi possível encontrar com a Associação proprietária do espaço uma redução dos valores a pagar de acordo com o apoio a conceder pela Câmara, pelo que proponho que seja atribuído ao Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados um subsídio de €5 250,00 (cinco mil duzentos e cinquenta euros), ao abrigo do disposto na alínea b), do nº 4, do art. 64º, da Lei nº 69/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – FESTAS DA CIDADE E GUALTERIANAS –  
TROFÉU PARA FEIRA DE GADO** – Presente um ofício da

Cooperativa “A Oficina” solicitando a atribuição de um troféu destinado à Feira do Gado e Concurso Pecuário, a realizar no âmbito da edição de 2010 das Festas da Cidade e Gualterianas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE CASTELÕES – FESTA DE S. JOÃO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de Junho de 2010, que concedeu à Junta de Freguesia de Castelões autorização para instalação de 1 contador para a potência de 41,4 Kva, bem como um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa de S. João, realizada entre os passados dias 21 e 28 de Junho, num máximo de €44,15 (quarenta e quatro euros e quinze cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – ARCOV – ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, CULTURAL E DESPORTIVA DE COVAS – FESTA DE S. JOÃO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de Junho de 2010, que concedeu à ARCOV – Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Covas autorização para instalação de 3 contadores para a potência de 41,4 Kva, bem como um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa de S. João, realizada entre os passados dias 23 e 27 de Junho, num máximo de €63,54 (sessenta e três euros e cinquenta e quatro cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----



**SUBSÍDIOS – CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DE SILVARES – 24.º FESTIVAL DE FOLCLORE – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de Junho de 2010, que concedeu ao Centro Cultural e Desportivo de Silvares autorização para instalação de 1 contador para a potência de 41,4 Kva, bem como um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações do 24.º Festival de Folclore, realizado no passado dia 26 de Junho, num máximo de €22,04 (vinte e dois euros e quatro cêntimos)). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.**

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE GUARDIZELA – FESTAS DE S. SEBASTIÃO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**

Presente um pedido da Comissão de Festas em Honra de S. Sebastião solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da referida Festa, a realizar entre os próximos dias 8 e 11 de Julho. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €78,48 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Guardizela, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de S. Sebastião, num máximo de €39,24 (trinta e nove euros e vinte e quatro cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE PINHEIRO – FESTA EM HONRA DO DIVINO SALVADOR – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Pinheiro

solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra do Divino Salvador, a realizar entre os próximos dias 21 e 25 de Julho. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €44,34 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Pinheiro, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra do Divino Salvador, num máximo de €22,17 (vinte e dois euros e dezassete cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SELHO S. LOURENÇO – FESTA EM HONRA DO PADROEIRO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Selho S. Lourenço solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra do Padroeiro, a realizar entre os próximos dias 5 e 9 de Agosto. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €34,68 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Selho S. Lourenço, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra do Padroeiro, num máximo de €17,34 (dezassete euros e trinta e quatro cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO S. SALVADOR – FESTA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO E NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**



— Presente um pedido da Comissão de Festas do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora do Rosário solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da referida Festa, a realizar nos próximos dias 4 e 9 de Agosto. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €72,40 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Souto S. Salvador, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora do Rosário, num máximo de €36,20 (trinta e seis euros e vinte cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---**

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----**

**PELAS ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----**